

ANÁLISE DO DISCURSO DOS PROFESSORES NA INTERFACE ESCOLA RURAL E URBANA EM BOCAIÚVA DO SUL-PR

Valéria dos Santos Cordeiro¹

RESUMO

As escolas localizadas no campo apresentam um grande distanciamento no que se refere aos discursos educacionais das escolas localizadas nas áreas consideradas urbanas. Ao estudar a realidade das escolas do campo, é reforçada a necessidade de um estudo sobre as práticas pedagógicas associadas à educação nas áreas rurais e sua ligação direta com Representações Sociais em seu território. As dimensões educativas e socializadoras são de comunicação e é neste momento que surge a necessidade de analisar o discurso do docente que lecionará nestas regiões. Para tanto, investiga-se como os professores vêm trabalhando a educação do campo na transição da escola localizada no campo para as escolas estaduais (urbanas) em Bocaiúva do Sul, partindo de dois focos principais: (i) o ensino fundamental I das escolas rurais precisa de fortalecimento da comunicação com o ensino fundamental II das escolas urbanas para que realmente garantam o acesso à formação e informação dos alunos no processo de construção coletiva e permanente; (ii) verificação da necessidade de aproximação do discurso dos professores ao cotidiano dos alunos, estreitando a relação professor/aluno e conseqüentemente escola/comunidade contemplando a apropriação dos conhecimentos do campo em relação à chegada deste aluno na escola estadual urbana. Entende-se por fim que os professores e a equipe pedagógica têm fundamental importância no desenvolvimento das atividades propostas principalmente no que se refere a atender aquilo que é disposto na legislação, para tanto, verifica-se a necessidade do docente deixar de se prender aos conteúdos específicos, dos quais muitas vezes é proficiente e passe a dedicar-se mais ao aperfeiçoamento das habilidades desenvolvidas durante seu percurso acadêmico e profissional.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; professor; aluno; representação social.

ANALYSIS OF THE TEACHERS 'SPEECH IN THE RURAL AND URBAN SCHOOL INTERFACE IN BOCAIÚVA DO SUL-PR

ABSTRACT

Schools located in the field have a large distance in relation to the educational discourses of schools located in areas considered urban. By studying the reality of rural schools, the need is reinforced in a study of the pedagogical practices associated with education in rural areas and its direct connection with social representation in its territory. The educational and socializing dimensions are communication and this is when the need arises to analyze the teaching of speech that had taught in these regions. Therefore, it investigates how teachers have been working the education field in the transition from school located in the field to state schools (urban) in South Bocaiúva, from two main focuses: (i) the elementary school in rural schools need to strengthen communication with the elementary school II of urban schools to really ensure access to training and information for students in the

¹ Professora da Rede de Ensino Estadual do Paraná. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Bolsista CNPq. E-mail: vvcordeiro@gmail.com

collective and permanent construction process; (ii) verification of the need to approach the discourse of teachers to the daily lives of students, narrowing the teacher / student ratio and consequently school / community contemplating the appropriation of the field of knowledge regarding the arrival of this student in urban public school. It is understood finally that the teachers and the teaching staff are of fundamental importance in the development of the proposed activities mainly in relation to attend what is the legal provisions, therefore, there is the need of teachers fail to hold the contents specific, which is often proficient and pass to devote himself more to the improvement of skills developed during their academic and professional career.

KEYWORDS: speech; teacher; student; social representation.

INTRODUÇÃO

Ao realizarmos estudos referentes à Região Metropolitana de Curitiba, é comum encontrarmos o reconhecimento sobre a importância da urbanização do território, e em muitos casos, os municípios que são mais urbanos, e próximos a Curitiba, são os que têm mais notoriedade, na mídia, na memória das pessoas, e até mesmo em pesquisas. O que ficou evidenciado, quando realizamos levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para verificarmos, se havia pesquisas em educação realizadas no município de Bocaiuva do Sul e outros municípios ao norte da RMC.

Os trabalhadores dos diferentes municípios se deslocam até Curitiba, buscando crescimento profissional, os jovens em busca de aperfeiçoamento acadêmico saem dos municípios para estudar nas universidades e a ruralidade municipal da região, normalmente é deixada para trás. Tudo gira em torno da capital do Estado Curitiba.

O plano de desenvolvimento integrado da região metropolitana de Curitiba em 1978, desenvolvido pela COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, já visava o desenvolvimento da Região numa perspectiva da expansão urbana, e pouco se discutiu em relação ao rural metropolitano. Isso vem trazendo sérias consequências, para a Educação, em especial para os educandos que vivem em áreas rurais. Quando olhamos para a educação, pensamos na escola como espaço social, que deve contemplar o interesse dos alunos, professores e das comunidades que estão presente numa dada região. No entanto, temos discutido pouco, as áreas rurais dos municípios da RMC, especialmente quando

consideramos as escolas localizadas nestes espaços. Uma vez que as escolas localizadas no campo apresentam distinções importantes, principalmente quando analisamos os documentos referentes à Educação do Campo, notadamente se comparadas a escolas localizadas nas áreas consideradas urbanas.

Ao analisarmos alguns aspectos da realidade sobre as escolas do campo no município de Bocaiúva do Sul, entendemos que há necessidade de estudos sobre as práticas pedagógicas relacionadas à educação do campo, como é definido nos documentos oficiais, e sobre tudo, identificar como os professores vêem os alunos e suas próprias realidades, como docentes das escolas municipais rurais e das escolas urbanas, que recebem alunos oriundos das escolas localizadas no campo. Neste sentido, é necessário compreender a comunicação estabelecida pelos professores das escolas localizadas no campo, e como se apresenta as relações com a realidade das comunidades. Para Certeau, esta tarefa, revela a interligação entre o que ele chama de “artes de dizer” às “artes do fazer” e suas consequências sociais (CERTEAU, 1998, p.153).

Então é preciso compreender se a comunicação arraigada por e entre os professores das escolas localizadas no campo tem relação real com a comunidade e permite uma estruturação educacional adequada para a chegada do aluno nas escolas estaduais urbanas do município.

AS REPRESENTAÇÕES NO COTIDIANO

Na sua obra *A invenção do Cotidiano*, Michel de Certeau 1998 aborda a representação como um código, e menciona que a circulação de uma representação, da seguinte forma:

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. (CERTEAU, 1998, p.40)

O discurso dos docentes, então, são o de uma promoção para vida urbana nos grandes centros, ou de manutenção, valorização dos povos do campo, com vistas, a permanência do aluno no campo? O discurso dos professores tem apoio teórico, ou a construção sobre o que ensinar, e se apoia nas informações produzidas pelas mídias, ou em suas visões de mundo, construídas diariamente, em suas

vivências sociais? São conceitos científicos que embasam as práticas dos professores alicerçados nas várias diretrizes educacionais, ou são apenas suas Representações Sociais? Recebem formação continuada, para ajudar seus alunos a elaborarem e a compreenderem as relações complexas sobre o mundo que vivem? Estariam os professores das escolas estaduais aptos a receberem os alunos advindos das escolas localizadas na área rural do mesmo município? No presente artigo, não temos a intenção de responder a todas as inquietações levantadas, o que nos interessa é trazer algumas reflexões e suscitar o debate.

Norteados por estas questões, definimos como objetivo geral da pesquisa: Identificar as Representações Sociais dos professores que atuam em escolas municipais localizadas no campo e em escolas estaduais urbanas no município de Bocaiúva do Sul, buscando verificar se ao conhecer estas representações é possível contribuir para o desenvolvimento de novas práticas educativas, considerando em especial os alunos oriundos das áreas rurais.

Conforme Jodelet (2001), as representações nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, de tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva (JODELET, 2001, p.17). Sendo assim a referida autora atribui papel primordial à comunicação quando se trata dos fenômenos representativos. Sendo assim, a comunicação contribui para,

[...] forjar as representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que explicam, juntamente com o poder performático das palavras e dos discursos, a força com a qual as representações instauram versões da realidade comuns e partilhadas. (JODELET, 2001, p.32).

A produção do círculo de Bakhtin entendeu a linguagem como constante processo de interação mediado pelo diálogo.

A língua materna, seu vocabulário e sua estrutura gramatical, não conhecemos por meio de dicionários ou manuais de gramática, mas graças aos enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos na comunicação efetiva com as pessoas que nos rodeiam (Bakhtin, 2000, p.268)

Segundo essa concepção, a língua só existe em função do uso que locutores (quem fala ou escreve) e interlocutores (quem lê ou escuta) fazem dela em situações de comunicação. O ensinar, o aprender e o empregar a linguagem

passam necessariamente pelo sujeito, o agente das relações sociais e o responsável pela composição e pelo estilo dos discursos. Esse sujeito se vale do conhecimento de enunciados anteriores para formular suas falas e redigir seus textos. Além disso, um enunciado sempre é modulado pelo falante para o contexto social, histórico, cultural e ideológico. "Caso contrário, ele não será compreendido", explica a linguista Beth Brait², estudiosa de Bakhtin.

Nessa relação dialógica entre locutor e interlocutor no meio social, o verbal e o não-verbal influenciam de maneira determinante a construção dos enunciados. Outro dado importante é a interação por meio da linguagem que se dá num contexto em que todos participam em condição de igualdade. Aquele que enuncia seleciona palavras apropriadas para formular uma mensagem compreensível para seus destinatários. Por outro lado, o interlocutor interpreta e responde com postura ativa àquele enunciado, internamente (por meio de seus pensamentos) ou externamente (por meio de um novo enunciado oral ou escrito).

Para Charaudeau, (1992)³, apud Prado (2010), a língua não é mais que um conjunto de consensos que asseguram um grau mínimo de intercompreensão entre os falantes. Assim "uma língua viva, é, ao contrário, heterogênea, ativa e testemunha a diversidade dos grupos sociais que a falam" (CHARAUDEAU, 1992, p.115). Deste modo, é possível entender a linguagem como discurso, e o discurso como atividade, o que nos leva a admitir a dimensão viva e ativa que abrange a linguagem. Segundo, Taylor, (1997)⁴ apud Prado, (2010). "se a capacidade linguística se realiza dentro do discurso ela é suscetível de ser permanentemente recriada, entendida, modificada e remodelada dentro do discurso" (TAYLOR, 1997, p.44, apud PRADO, 2010). Sendo assim, a aptidão para modificar e recriar a língua

²BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin: conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2005,

³ CHARAUDEAU, Patrick. La valeur sociale du signe. In: Grammaire du sens. Paris, Le Seuil: 1992. (p.99-110) apud PRADO, Denise F.B. do. Linguagem e representação: discussões teóricas sobre o potencial dos exercícios de nomeação no campo das representações. *E-COM* (Belo Horizonte), v. 3, p. 1-15, 2010. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/ecom/article/viewFile/594/337>

⁴ Do original: "(...) si la capacite linguistique se réalise dans le discours, alors elle est susceptible d'être en permanence recréée, étendue, modifiée, remodelée dans le discours" in TAYLOR, Charles. Le langage et la nature humaine. In *La liberté des modernes*. Paris, Presse Universitaires de France: 1997. (p.21-66) apud PRADO, Denise F.B. do. Linguagem e representação: discussões teóricas sobre o potencial dos exercícios de nomeação no campo das representações. *E-COM* (Belo Horizonte), v. 3, p. 1-15, 2010. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/ecom/article/viewFile/594/337>. Acesso em: 20 ago. 2018.

deve sempre ser entendida como parte de um contexto social, que a protege e possibilita mudanças no campo da linguagem, e por isso, não são autônomas, são as dimensões expressas das representações que circundam no mundo social e transmitem, informam e recriam as ideias de mundo. Assim é possível, transformar a nossa percepção e a relação com o mundo e suas representações, uma vez que as representações fazem parte da constituição social e discursiva dos grupos sociais.

A identificação da representação social por meio do discurso dos docentes não é um processo simples, em Sá, “A pesquisa das representações sociais deve produzir outro tipo de conhecimento sobre esses fenômenos de saber social” (Sá, 1998, p.22) e o “falar” dos professores contempla a promoção desse saber social.

Moscovici, (2003) concebe as representações sociais como estruturas dinâmicas, que operam em um meio de relações e comportamentos que estão em constante alteração, junto com as representações. Sua preocupação é compreender a sociedade atual:

Nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não se criassem representações sociais baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre as pessoas que, então, passam a constituir uma categoria de fenômenos à parte (Moscovici, 2003, p.48).

Deste modo, vale considerar, que quando buscamos compreender como as realidades são compartilhadas, somos capazes de identificar relações e comportamentos.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Bocaiúva o Sul, tem uma área territorial de 826.344 Km² ocupa a 57^a posição no ranking de extensão territorial dos municípios paranaenses. O grau de Urbanização do município é de apenas 46,67%, e a área rural é de 53,33%, a população total é de 10.986 habitantes, distribuídas da seguinte forma: 5.858 habitantes na área rural e 5.128 habitantes na área urbana. IBGE (2010). Quando consideramos a densidade demográfica municipal, que é, segundo o IBGE (2010), de 13,30 hab./km², verifica-se que o município é marcado por forte ruralidade, inclusive, com uma população ligeiramente maior concentrada no campo. O referido instituto estimou para 2014 uma população de 11.996 habitantes, o que

não se confirmou, podemos perceber certa estagnação no crescimento total da população municipal.

No entanto, mesmo considerando sua significativa população vivendo em áreas rurais, verifica-se nos últimos anos, o fechamento de 6 escolas localizadas no campo. O município conta agora com apenas 10 escolas localizadas no campo, para atender a demanda dos alunos que vivem nestes territórios, e estes, são normalmente, obrigados a se deslocarem a grandes distancias, por meio de transporte escolar, e por estradas de saibro, que nem sempre se encontram em condições adequadas de transitar, especialmente nos períodos chuvosos. O que piora muito, quando consideramos a interface do ensino fundamental I para o Ensino Fundamental II, uma vez que o município conta com apenas 2 (duas) escolas estaduais, localizadas na área central e mais urbanizada do município, ou seja, após os anos iniciais, os estudantes saem de suas comunidades para estudar nas escolas localizadas e com culturas e processos educativos essencialmente urbanos.

Mas o que é urbano, cidade, rural e campo? Estas questões vêm sendo discutidas por inúmeros autores. No Brasil, o fundamento utilizado para definir o que é cidade, é o Decreto-Lei Nº 311⁵, de 2 de março de 1938, e no seu Art.3º define; “A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”. Essa é, portanto, a definição legal para cidade, desde 1938, e é a definição utilizada pelo IBGE.

Para Veiga (2002), a definição do que é cidade no Brasil, é apenas formal, e assinala que para definir o urbano no Brasil, é preciso levar em consideração o número de habitantes e também as atividades econômicas a que se dedica uma determinada localidade. O referido autor aponta para surgimento de um “novo rural”, e defende o investimento em políticas públicas para atender a esse novo processo.

Para Rua (2006, p.83, 85), o campo vem sendo considerado como mercadoria, e não como um “novo rural”, e sim vem conformando novas imagens, novos sentidos para este espaço “que mantém a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e rural e entre a cidade e o campo”

Resta saber, se na transição das escolas rurais para as urbanas, as novas realidades encontradas por estes alunos, possibilitará construir conhecimentos que

⁵ Decreto-Lei nº 311. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>

os ajudem a compreender a realidade municipal, considerando as significativas relações de interdependência entre campo, cidade, urbano e rural e suas diferentes representações. Desde modo, faz-se cada vez mais necessário, compreender como se dará este processo educativo, caso não se efetive mudanças significativas.

Observando os dados da Tabela 1 sobre o IDEB municipal e sua projeção, constatamos para o ensino fundamental I, que no período de 2005 a 2011, não foi atingido à meta estimada, e permaneceu abaixo dos 5 pontos, somente em 2013 é que ocorreu uma pequena superação da meta, ficando com 5,2 em 2013.

Tabela 1- IDEB observado e meta projetada

Município	IDEB 4ª série / 5º ano											
	2005		2007		2009		2011		2013		2015	
	IDEB	META	IDEB	META	IDEB	META	IDEB	META	IDEB	META	IDEB	META
BOCAIUVA DO SUL	4.0	-	3.7	4.0	3.9	4.4	4.1	4.8	5.2	5.1	-	5.3

Fonte: Inep 2014 (adaptado pela autora).

Ao acompanhar os dados apresentados pelo “Sistema de Relatórios Dinâmicos” sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, (ODM) podemos observar as metas relacionadas ao município de Bocaiúva do Sul; quais sejam:

Meta 1 - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza.

Meta 2 - Reduzir pela metade, até 2015 a proporção da população que sofre de fome.

Meta 3 - Garantir que, até 2015, todas as crianças, terminem o ensino fundamental.

Meta 4 - Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2015.

Meta 5 - Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos.

Meta 6 - Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

Meta 7 - Até 2015 ter detido e começado a reverter à propagação do HIV/AIDS.

Meta 8 - Até 2015 ter detido e começado a reverter à propagação da malária e de outras doenças.

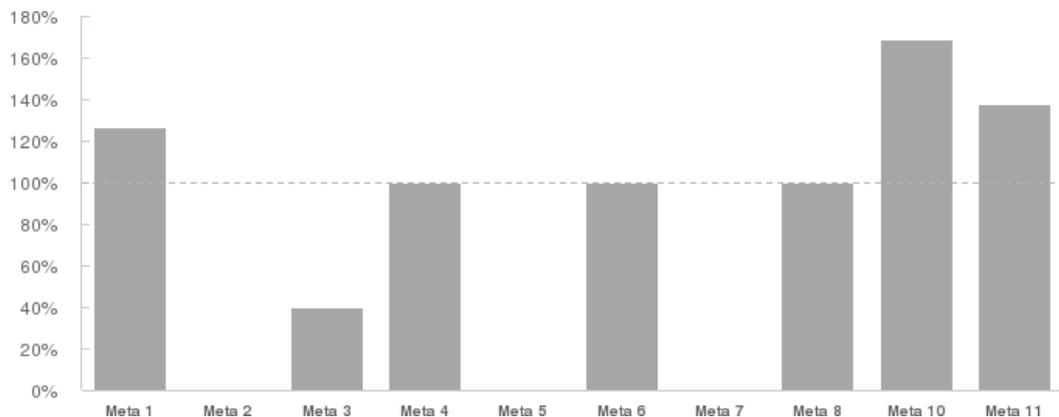
Meta 10 - Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso

sustentável à água potável segura.

Meta 11 - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a saneamento e a serviços essenciais.

Os dados apresentados no gráfico abaixo permitem observar que as 11 metas para atingir os Objetivos do Milênio, dependem em maior ou menor grau de uma educação de qualidade e transformadora.

Gráfico 1 – Metas do Milênio para Bocaiúva do Sul



Fonte: Portal ODM 2015(adaptado pela autora)

No entanto, para manter as conquistas já alcançadas, e continuar avançando, é necessário empoderar as populações para que possam refletir e participar ativamente das decisões municipais. Deste modo, ao observarmos as metas (03) Garantir que, até 2015, todas as crianças, terminem o ensino fundamental, e a meta (4) Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2015, imediatamente, faz-se necessário refletir sobre a formação continuada para professores, com vistas a formar uma visão crítica da realidade. Para pensar na oferta e conclusão do ensino fundamental, é urgente repensar os projetos políticos pedagógicos, as práticas pedagógicas, as reuniões pedagógicas, as quais deveriam encaminhar leituras de textos, voltadas às práticas pedagógicas, e ao espaço vivido dos educandos. O que, de modo geral, em nossa prática, não temos observado, especialmente se considerarmos os alunos oriundos do Campo.

Segundo Caldart, (2004) o campo não é problematizado nos processos de formação o que impede o desenvolvimento das escolas localizadas no campo, e dos indivíduos que lá vivem e constroem seus sonhos.

A Educação do Campo tem construído um conceito mais abrangente de educador e educando, voltado para os povos do campo. Para nós, é educador (a), aquela pessoa cujo trabalho principal, é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social; seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos. ” (CALDART, 2004. p. 22).

Refletindo sobre estas questões apontadas, é cada vez mais evidente que há necessidade de articulação e adequação da perspectiva da educação do campo, por meio da aproximação do discurso dos professores ao cotidiano dos alunos, estreitando a relação professor/aluno e conseqüentemente escola/comunidade contemplando a apropriação dos conhecimentos do campo em relação à chegada deste aluno na escola estadual considerada urbana, o que só pode ocorrer se considerarmos o diálogo, a comunicação e entendermos quais são as representações sociais que permeiam estas comunicações.

Nesse contexto e ao acompanhar o que foi anunciado no site da SEED⁶ a Secretaria de Educação do Estado do Paraná no ano de 2014 se reuniu com diretores e pedagogos para definir ações para acompanhamento dos alunos na transição das escolas municipais para as estaduais.

Podemos observar que a Secretaria de Educação já anuncia uma preocupação com a qualidade do ensino conseqüentemente este grupo terá que estudar e pensar a prática educativa vem sendo desenvolvida entre estes professores na transição do fundamental I das escolas municipais para o fundamental II das escolas estaduais.

A finalidade de uma epistemologia da prática profissional é revelar esses saberes, compreender como são integrados concretamente nas tarefas dos profissionais e como estes incorporam, produzem, utilizam, aplicam e transformam em função dos limites e dos recursos inerentes às suas atividades de trabalho. (Tardiff, 2000, p.18)

Tardiff (2000), nos orienta para o trabalho deste professor que pode ser desenvolvido buscando a compreensão necessária para essa transição das escolas municipais para as estaduais.

Em nossa experiência de escola nos últimos 10 anos, como docente, verificamos que a prática educativa dos professores tem recebido inúmeras críticas

⁶ Notícia disponível no site da SEED-PR, acesso em 02.04.2014. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2069&tit=Escolas-estaduais-e-municipais-se-preparam-para-transicao-de-alunos>.

no decorrer do processo de construção da caminhada profissional. No entanto, os professores de modo geral, não percebem, e não questionam a necessidade de novas práticas, apoiadas nos documentos, que deveriam nortear seu trabalho, como é o caso, das Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Ambiental, Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, Diretrizes Operacionais para Educação do Campo, entre outras, que devem considerar não apenas a localidade onde se situam as escolas, mas principalmente o espaço vivido de seus educandos. No entanto, cabe refletir, sobre como os professores acessam estas informações, será que têm sido orientados a buscarem novas práticas pedagógicas, as formações continuadas ofertadas pelo município e pelo Estado, trazem estas contribuições?

Entendemos que os professores e as equipes pedagógicas tem fundamental importância no desenvolvimento das atividades propostas, principalmente no que se refere à atualização e aplicação das legislações educativas. Na maioria das vezes, os professores estão muito preocupados em atender e cumprir os programas estabelecidos nas propostas pedagógicas, e é comum ouvir frases como: “preciso vencer o conteúdo”. Menos comum é ouvir questionamentos sobre qual a relevância de determinados conteúdos, para atender o interesse e a diversidade cultural existentes, principalmente nos municípios que possuem expressiva ruralidade, como é caso do Município de Bocaiúva do Sul.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em nossa pesquisa junto aos professores que atuam no município de Bocaiúva do Sul, verifica-se que há uma educação essencialmente voltada para a realidade urbana, e ainda se valoriza os grandes empreendimentos agrários, ou seja, da agroindústria, e da produção em larga escala, em detrimento da agricultura familiar, que de modo geral não tem sido considerada. Deste modo, os trabalhadores rurais e a agricultura familiar são desconsiderados, e essas questões acabam por não fazerem parte das práticas educativas dos professores do município. Embora, o que apresentamos aqui, sejam apenas considerações preliminares, entendemos que, como aponta Fernandes e Molina, 2004,

O paradigma da Educação do Campo compreende igualmente que a relação campo-cidade é um processo de interdependência, que possui

contradições profundas e que, portanto, a busca de soluções para suas questões deve acontecer por meio da organização dos movimentos sócio territoriais desses dois espaços. (FERNANDES E MOLINA, 2004 p.39).

Desde modo, pudemos verificar por meio de conversas com vários professores, que os sujeitos que estão no campo, muitas vezes, são levados a acreditar que a melhor opção é sair do campo e lutar por seu crescimento profissional na cidade de Curitiba.

O meio rural ainda é visto como atrasado, e sem oportunidades. Por conseguinte, o desafio que se coloca é: Como fazer com que estes sujeitos permaneçam no campo, e não idealizem uma vida urbana, sem que se ofereça a eles uma condição mínima necessária para sua permanência no lugar onde nasceram?

Pensar numa formação humana, que valorize e resignifique o campo, poderia já ser um começo, para desenvolver nos sujeitos um sentimento de pertença ao campo é uma condição essencial, para a valorização dos sujeitos que lá vivem. Para Duarte, (2001), “Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e sim, construir uma educação comprometida. ” (DUARTE, 2001.p.38).

É necessário analisar, detidamente, por que ocorre evasão escolar, em especial no ensino fundamental II e médio, assim como, por que, há uma estagnação no número de habitantes do município.

Podemos observar que muito se avançou, na educação de modo geral hoje já estamos discutindo a educação do campo, e vemos vários projetos financiados pela CAPES, que vem beneficiando à educação do campo. É urgente a reflexão sobre qual o alcance dessas leis e projetos nas escolas localizadas no campo e a interface com as escolas urbanas para verificar se as mesmas conseguem realizar a leitura das propostas e aplicá-las de modo adequado, no ambiente escolar. Esse é um desafio, pois a educação é mutável, conseqüentemente de acordo com cada período da história o caminho é transformado e os sujeitos que fazem este percurso mudam, assim como o seu discurso. É interessante destacar que o aluno morador do campo, possui sua linguagem, identidade e cultura própria e que muitas vezes não é considerada no processo de adaptação escolar, principalmente nas escolas estaduais urbanas e conseqüentemente poderá afastar crianças, jovens e adultos das salas de aula. Em seu artigo 28, a LDB estabelece as seguintes normas para a

educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; (BRASIL, 1996).

O ensino fundamental I das escolas rurais precisa de fortalecimento e da comunicação com o ensino fundamental II das escolas urbanas para que realmente a diretrizes norteadoras garantam o acesso à formação e informação dos alunos no processo de construção coletiva e permanente. Um desafio considerado essencial nas diretrizes curriculares do campo é: “considerar a cultura dos povos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos”. (PARANÁ, 2006, p.26)

Para tanto, os professores, precisam ser motivados e orientados com formação continuada, que possibilite novas práticas educativas, que sejam alicerçadas em novos discursos, e que contemple e atenda as orientações do referido documento, e ao mesmo tempo, possa contemplar e atender as necessidades das comunidades localizadas no campo, para que haja um sentimento de construção e renovação das práticas educativas.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do Discurso. In: BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Trad.: Paulo Bezerra.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

CALDART, Roseli Salete. Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (Org). Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5" Brasília, DF. 2004.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994, [Tradução: Ephraim Ferreira Alves].

DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a04.pdf>

FERNANDES, Bernardo Mançano. MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo in: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus

(organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2004”. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

MOSCOVICI, S. (2003). Representações sociais: investigações em psicologia social. In S. F. Neiva (Org.), O fenômeno das representações sociais. (pp.29-110). Petrópolis: Vozes.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, para o estado do Paraná, 2006 Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf

PORTAL ODM - Acompanhamento Brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatórios Dinâmicos sobre município de Bocaiúva do Sul. 2014. Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/>

PRADO, Denise F.B. do. Linguagem e representação: discussões teóricas sobre o potencial dos exercícios de nomeação no campo das representações. E-COM (Belo Horizonte), v. 3, p. 1-15, 2010.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo-território: revista de geografia agraria, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.82-106, fev. 2006. Disponível em:www.campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em: 05 fev. 2015.

SÁ, Celso Pereira. A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais. Rio de Janeiro. EDUERJ, 1998.

TARDIFF. M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação. Nº13. Jan/Fev/Mar/Abr 2000.

VEIGA, José Eli. Cidades Imaginárias. Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.